

Gerencialismo nas reformas educacionais

RENATA DELUCIS HILAL NECCHI¹; MARIA ELOÍSA DA SILVA²; Álvaro Moreira Hypolito³

¹Universidade Federal de Pelotas – renatadhn@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – eloisasilva40@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca apresentar uma análise sobre o Gerencialismo existente nas reformas educacionais, o qual acaba por incidir na ação dos docentes, no próprio currículo e nos saberes dos alunos. Os estudos desenvolvidos fazem parte do grupo de pesquisa em currículo, profissionalização e trabalho docente da Universidade Federal de Pelotas. A principal preocupação, que nos envolve, é a reflexão sobre a constante parceria público-privada na forma de consultorias e assessorias na esfera educacional, as quais têm os discursos voltados e intensificados em torno da produtividade, eficiência, demanda de resultados, treinamento de professores e programas de responsabilização (*accountability*). Uma das discussões destacadas nesse processo é a respeito do reforço e da transformação do setor público em um *quase-mercado*.

“O gerencialismo representa a inserção, no setor público, de uma nova forma de poder, ele é um instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva” (BALL, 2005: 544). No campo da educação, ele provoca uma transformação, constituindo princípios éticos profissionais que estão instrumentalizados através da competitividade entre os docentes e as escolas. Os melhores resultados de qualidade podem ser observados, então, a partir de incentivos e premiações financeiras (meritocracia), produzindo, nesse sentido, um *ranking* entre escolas que pertencem a uma mesma rede de ensino público. Com o crescimento das políticas neoliberais, é que estas formas de posicionar-se ganham espaços diante das esferas públicas, atingindo também a educação:

essa nova gestão pública penetrou nas escolas sob diferentes aspectos: atingiu a formação, o processo de trabalho, a organização escolar, a gestão, o currículo, submeteu as escolas ao mercado, precarizou e intensificou o trabalho docente. (HYPOLITO, 2011:16).

Portanto, torna-se necessário analisar quais aspectos gerencialistas encontram-se presentes nas reformas educacionais do setor público que intensificam os propósitos de transformação em *quase-mercado*.

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada centrou-se na análise de dois documentos elaborados a partir do pensamento gerencialista, os quais se propõem a orientar reformas educacionais diante do setor público no estado do Rio Grande do Sul. O primeiro evidencia as reformas educacionais já realizadas na esfera estadual; o segundo volta-se para às reformas educacionais pretendidas na esfera municipal. Quanto ao primeiro, analisamos o documento *Boa escola para todos – gestão da educação e debate sobre a valorização dos professores no Rio Grande do Sul, de 2007 a 2010* (ABREU, 2011). Com relação ao segundo, nos voltamos à análise do livro *Gestão para resultados na educação – FALCONI Consultoria de Resultado*

(MURICI, I. & CHAVES, 2013). Buscamos, com estas análises, observar os aspectos gerencialistas presentes nos dois documentos. O enfoque direcionado foi voltado para o trabalho docente, o currículo e as parcerias público-privada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro documento analisado está relacionado às reformas educacionais no Rio Grande do Sul, realizadas no setor público estadual, nos anos de 2007 a 2010. Os resultados evidenciam, quando lançado o Programa Boa Escola Para Todos, as ações da Secretaria de Educação, “no sentido da construção de um novo marco institucional e gerencial para a educação gaúcha, inclusive constando como meta desse programa a reforma da legislação educacional” (ABREU, 2011:14).

Dentre essas reformas, com relação ao trabalho docente, destacamos os três aspectos retirados no documento: a ideia de vincular a carreira do magistério aos objetivos do sistema educacional, tendo como defesa sobre esta reforma, o avanço na busca de incentivos relacionados à formação e aos resultados de aprendizagem e permanência dos alunos na escola; que a avaliação do estágio probatório passasse a ser conduzida por instituição externa, a qual seria contratada mediante procedimento licitatório, tendo como alegação a retirada da responsabilidade dos diretores diante das avaliações sobre os próprios colegas; a proposta de implementar remunerações variadas em atribuição ao desempenho da escola, por meio de pagamento anual a professores e servidores, os quais teriam mérito de tal, caso os resultados das unidades escolares correspondessem a indicadores de permanência e aprovação de alunos e níveis de aprendizagem, estes que seriam obtidos com avaliações externas conduzidas pelo governo (ABREU, 2011).

No que diz respeito ao currículo, o documento propôs a construção de materiais curriculares com o objetivo de distribuí-los aos docentes e aos alunos, tendo como fim, supostas melhorias nos resultados educacionais. Estes materiais seriam elaborados através de parcerias público-privado, em que a empresa contratada efetuará e gerenciaria tal transformação. O primeiro caderno, *Referenciais Curriculares*, e o segundo caderno, *Caderno do Professor*, eram direcionados para o professorado. Eles orientavam o desenvolvimento das atividades em sala de aula, assim como o conteúdo a ser desenvolvido. O terceiro caderno, *Caderno do Aluno*, possuía atividades de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento e era voltado para o aluno. Estas mudanças curriculares tinham como propósito elaborar um conjunto de ações voltadas para a avaliação educacional. Como exemplo, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS; e seria, justamente, com as parcerias público-privado que se alcançariam melhores resultados diante das avaliações externas. No documento, destacam-se as seguintes parcerias: GEEMPA/RS, Alfa e Beto, Instituto Ayrton Senna, Aracruz, Copesul, Gerdau, Marcopolo e família Sirotsky, Instituto Unibanco.

O segundo documento analisado, voltou-se para a observação das propostas de reformas educacionais pretendidas e projetadas como futuras execuções no setor público municipal de Pelotas. Destaca-se a contratação da empresa Falconi – Consultores de Resultado pelo município de Pelotas – RS, a qual enfatiza uma *Gestão para resultados na educação*, cujo método “é do PDCA-método de gerenciamento com foco na melhoria dos resultados e composto por 4 etapas: Planejamento (P), Execução (D), Verificação (C) e Ações Corretivas/Padronização (A)” (MURICI & CHAVES, 2013:41). Quanto ao trabalho

docente, acentua-se e categoriza-se como *Pessoas* que “dizem respeito à formação, à experiência, às atitudes e às condições físicas e mentais que atuam no processo, podendo ser o diretor, o orientador, o professor, etc.” (MURICI, CHAVES, 2013:67). Com relação ao currículo, este é evidenciado como um processo que requer qualidade, alcançando um nível esperado de habilidades e competências previstas em cada etapa escolar. Tem-se como referência a matriz, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e/ou o currículo mínimo do município, os quais auxiliam no entendimento do que deve ser trabalhado em cada nível de ensino ou disciplina. Quanto às parcerias público-privado, momentaneamente, destaca-se a contratação da empresa Falconi – Consultores de Resultado, além do posicionamento de consultores em educação que afirmam “a educação pode ser efetiva sem grandes aparatos e teorias pedagógicas. A eficiência do professor para ensinar, na sua capacidade para conduzir as aulas com disciplina, tendo como materiais um quadro, giz e um bom livro didático utilizado todos os dias. As contínuas distrações e experiências com as várias teorias podem levar ao atraso dos alunos e à deficiência à longo prazo” (MURICI & CHAVES, 2013:115).

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou analisar dois documentos, o primeiro já executado e realizado no setor público estadual e o segundo pretendido e projetado para o setor público municipal de Pelotas. As análises evidenciam aspectos extremamente gerencialistas nas reformas educacionais, a partir de um processo regulatório sobre a escola, os professores, o currículo e a sala de aula. Com o crescimento das políticas neoliberais, houve uma reestruturação e reconfiguração sobre as esferas sociais, políticas, econômicas. Na educação, a política neoliberal transcreve-se através de uma política reguladora, configurando o papel do Estado em avaliar o desempenho dos resultados, a partir de provas e avaliações externas. O gerencialismo na educação expressa formatações identificadas com a função de atingir metas, números e supostas melhorias nos resultados avaliados, gerando padrões curriculares, classificações, *rankings*, competitividade e as parcerias publico-privados.

Os aspectos que envolvem o gerencialismo, no campo educacional, mostram-se fortemente agressivos no que concerne a sua interferência sobre a gestão, o currículo e o trabalho docente. O grupo de pesquisa já evidenciou tais elementos que influenciam de forma negativa estes três campos, a baixo referencio alguns deles:

(...) atingem desde aspectos relacionados à pressão emocional e ao estresse, com o aumento do ritmo e da intensificação no trabalho, até aspectos que ocasionam mudanças nas relações sociais, tais como a maior competição entre docentes e entre setores, a redução da sociabilidade na vida escolar, as ações profissionais mais individualizadas, o distanciamento das comunidades e o aumento da carga de trabalho burocrático (produção de relatórios e seus usos para comparações que contribuem com o aumento do terror) (HYPOLITO, 2010:1341).

Além desses aspectos, há uma forte discussão que abrange a relação destas políticas reguladoras, educativas e curriculares com o *quase-mercado*. Há por parte destas reformas educacionais, tanto a mercantilização dos materiais pedagógicos, quanto o próprio métodos do ensinar, “com efeitos significativos para a formação docente e para a formação de consumidores – docentes e



estudantes –, obtendo sucesso na constituição de identidades docentes coadjuvantes com a agenda neoliberal e conservadora” (HYPOLITO, 2010:1352).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. **Boa Escola para todos: gestão da educação e debate sobre valorização dos professores no Rio Grande do Sul, de 2007 a 2010.** Porto Alegre, AGE, 2011.

MURICI, I. & CHAVES, N. **Gestão para resultados na educação – Falconi Consultoria de Resultado.** Nova Lima, FALCONI, 2013.

HYPOLITO, A. M. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010.

HYPOLITO, A. M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v.21, n. 38, p.1-18, 2011.

BALL, S. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.